

Procurement
Negócios
Eletrônicos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanco Patrimonial	7
Demonstrações de Resultado	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
1. Contexto Operacional	13
2. Base de elaboração e apresentação	13
3. Políticas contábeis materiais	15
3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	19
4. Caixa e equivalentes de caixa	21
5. Contas a receber – FIDC	22
6. Títulos e valores mobiliários	22
7. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	23
8. Outros créditos	24

9. Imobilizado	25
10. Intangível	26
11. Fornecedores	26
12. Impostos de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	26
13. Partes relacionadas	27
14. Patrimônio líquido	28
15. Receita líquida de serviços prestados	29
16. Custo dos serviços prestados	30
17. Despesas gerais e administrativas	30
18. Resultado financeiro líquido	30
19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	31
20. Remuneração do pessoal-chave da administração	33
21. Outras obrigações com acionistas	33
22. Arrendamento mercantil	34
Administração	36

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Diretores da

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. da (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Elaboração das Demonstrações Financeiras fora do pressuposto de continuidade

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Financeiras não estão sendo apresentadas no pressuposto de continuidade, base na qual as mesmas foram preparadas. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da Sociedade referente receita de serviços é realizada com seu acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e seus custos de serviços com as acionistas Accenture do Brasil Ltda e SAP Brasil Ltda, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1, 11 e 13 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa Opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às sociedades fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração esta conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

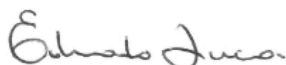
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Eduardo Garbin Di Luca

Contador CRC RJ-114186/O-7

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.331	762	Salários a pagar		6.005	4.308
Contas a receber – FIDC	5	-	2.862	Fornecedores	11	6.248	10.689
Títulos e valores mobiliários	6	37.589	33.968	Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	12	1.419	1.108
Contas a receber	13(a)	8.812	7.659	Dividendos a pagar	14(c)	1.024	1.258
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	7(a)	1.038	1.938	Outras obrigações com acionistas	21	32.012	-
Outros créditos	8	3.554	5.220	Arrendamento	22	464	484
Imobilizado	9	760	-			47.172	17.847
		<u>55.084</u>	<u>52.409</u>				
Não circulante				Não circulante			
				Arrendamento	22	-	396
						-	396
				Patrimônio Líquido	14		
Imobilizado	9	-	959	Capital social		6.593	30.157
			959	Reserva de lucros		1.319	1.192
				Dividendos adicionais propostos		-	3.776
				Total do patrimônio líquido		7.912	35.125
Total do ativo		<u>55.084</u>	<u>53.368</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>55.084</u>	<u>53.368</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstrações de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de serviços prestados	15	80.919	75.037
Custos de serviços prestados	16	<u>(48.921)</u>	<u>(50.045)</u>
Lucro bruto		31.998	24.992
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(22.365)</u>	<u>(19.844)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		9.633	5.148
Receitas financeiras		4.974	3.777
Despesas financeiras		(96)	(321)
Variação cambial		(13)	(8)
Resultado financeiro líquido	18	<u>4.865</u>	<u>3.448</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		14.498	8.596
Imposto de renda e contribuição social correntes	7(b)	<u>(4.899)</u>	<u>(3.297)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>9.599</u>	<u>5.299</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - Básico e diluído (em R\$)		<u>0,16</u>	<u>0,09</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.599	5.299
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>9.599</u>	<u>5.299</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital Social	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	30.157	927	7.160	-	38.244
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.299	5.299
Destinações:					
Constituição de reservas	-	265	-	(265)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.258)	(1.258)
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	-	(7.160)	-	(7.160)
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.776	(3.776)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.157	1.192	3.776	-	35.125
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.599	9.599
Redução de Capital	(23.564)	-	-	-	(23.564)
Destinações:					
Constituição de reservas	-	127	-	(127)	-
Dividendos	-	-	-	(1.024)	(1.024)
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	-	(3.776)	-	(3.776)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-
Recuperação de Ações a liquidar	-	-	-	(8.448)	(8.448)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.593	1.319	-	-	7.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		9.599	5.299
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	9	720	962
Reavaliação de arrendamento sem efeito caixa	22	65	-
Variação cambial, líquida	18	(13)	(14)
		<u>10.371</u>	<u>6.247</u>
(Aumento) / redução nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(1.140)	2.207
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar		835	2.983
Outros créditos		1.666	(3.777)
Fornecedores		(4.439)	2.734
Salários a pagar		1.696	582
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher		310	(395)
		<u>9.299</u>	<u>10.581</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	9	(456)	(42)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(759)	(989)
		<u>(1.215)</u>	<u>(1.031)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos Pagos		(5.034)	(9.547)
Amortização de arrendamento	22	(481)	(260)
		<u>(5.515)</u>	<u>(9.807)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes no exercício			
		<u>2.569</u>	<u>(257)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		762	1.019
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>3.331</u>	<u>762</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Receitas		
Serviços prestados e outras	94.274	87.444
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de desenvolvimento, serviços de terceiros e outros	<u>(41.125)</u>	<u>(45.909)</u>
Valor adicionado bruto	53.149	41.535
Depreciação e amortização	<u>(675)</u>	<u>(913)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	52.474	40.622
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - incluem variações monetárias	<u>4.975</u>	<u>3.781</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>57.449</u>	<u>44.403</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta	20.711	16.626
Benefícios	3.646	2.527
FGTS	<u>981</u>	<u>698</u>
	<u>25.338</u>	<u>19.851</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	17.635	14.536
Municipais	<u>4.767</u>	<u>4.384</u>
	<u>22.402</u>	<u>18.920</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e monetárias	<u>110</u>	<u>333</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	1.024	1.258
Lucros Retidos	8.575	4.041
	<u>9.599</u>	<u>5.299</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>57.449</u>	<u>44.403</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Procurement Negócios Eletrônicos S.A. ("Petronect" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Sociedade foi constituída em 18 de outubro de 2002, tendo por objeto social atuar no provimento de serviços de comércio eletrônico, compreendendo o desenvolvimento de sistemas e gerência de portais eletrônicos relacionados ao processo de aquisição de materiais, serviços e produtos. Sua receita é auferida principalmente com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, acionista controladora, além, de empresas do Sistema Petrobras, nacionais e estrangeiras. O seu custo é adquirido, em parte com os também acionistas Petrobras S.A, SAP Brasil Ltda. e Accenture do Brasil Ltda. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Direcionada em soluções para a indústria de Petróleo, Gás e Energia, a Sociedade desenvolveu uma plataforma digital para otimizar, agilizar e dar maior conformidade às transações entre empresas, além de proporcionar redução no consumo de papel e na necessidade de viagens.

Os serviços oferecidos pela Sociedade incluem a disponibilização de um portal para a realização de cadastramento de fornecedores, solicitações de cotação, leilões reversos e diretos, gerenciamento eletrônico de documentos fiscais, e serviços de cotações de bens, todos direcionados para a cadeia de suprimentos. A plataforma única e integrada garante a padronização dos processos e o acompanhamento constante por parte das empresas envolvidas, que assim passam a contar com uma ferramenta para administração eficiente de suas negociações.

Em 17 e 18 de abril de 2024, a Petronect aditou os contratos do Portal de Compras e Portal de Cadastro até junho de 2026. Após esta data, a Companhia não tem novos contratos e não possui uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades. Desta maneira, as Demonstrações Financeiras não estão sendo apresentadas no pressuposto da continuidade, base na qual normalmente são preparadas.

2 Base de preparação e elaboração

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada em 23 de março de 2026, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a Administração definiu como moeda funcional e de apresentação da Sociedade o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Sociedade está inserida.

Conforme descrito na Nota de Contexto Operacional, as demonstrações financeiras da Companhia não foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional, em razão da inexistência de contratos após junho de 2026 e da ausência de alternativas realistas para a manutenção de suas atividades.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a realização dos ativos e liquidação dos passivos no curso do processo de descontinuidade da Companhia, não tendo sido identificada, na data-base, a necessidade de ajustes relevantes nos valores contábeis dos ativos e passivos apresentados, além daqueles já refletidos nas estimativas de vida útil, recuperabilidade de ativos e classificação de saldos.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos realizados pela administração são referentes principalmente a estimativa do valor de recuperação de ativos imobilizados e intangíveis (notas explicativas 9 e 10) e depreciação de ativos (nota explicativa 9). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

Reforma Tributária sobre o Consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo prevendo a substituição de tributos incidentes sobre o consumo por um sistema baseado em imposto sobre valor agregado, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, além do Imposto Seletivo (IS).

A implementação do novo sistema tributário ocorrerá de forma gradual, com início previsto para 2026, por meio de alíquotas de teste da CBS e do IBS, seguido da implantação integral da CBS a partir de 2027 e da transição progressiva do ICMS e do ISS entre 2029 e 2032, culminando na consolidação do novo modelo em 2033.

Na data-base destas demonstrações financeiras, com base nas avaliações realizadas pela Administração e considerando os normativos vigentes até o momento, a Companhia estima que a implementação da Reforma Tributária, a partir de 1º de janeiro de 2026, não deverá resultar em impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. A Administração continuará acompanhando a evolução da regulamentação infraconstitucional e reavaliará tempestivamente eventuais impactos à medida que novas normas e diretrizes sejam emitidas.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira referem-se a prestação de serviços para empresas no exterior e são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

(i) Ativos Financeiros

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Reconhecimento e mensuração inicial

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a sociedade elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à sociedade e todos os fluxos de caixa que a sociedade espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Sociedade reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a sociedade reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

Apresentação

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para impairment sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A sociedade não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido e não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*"impairment"*).

Depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada com base no prazo estimado de operação da Sociedade, avaliado até junho de 2026, considerando o horizonte de operação remanescente da Companhia. Dessa forma, todos os ativos imobilizados estão sendo depreciados considerando esse prazo como a vida útil remanescente.

O custo de ativos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

Ativo intangível

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos intangíveis da Companhia encontram-se integralmente amortizados, não havendo saldo contábil líquido registrado no ativo.

Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos não financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Receita de contrato com o cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Sociedade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

A Sociedade tem como base de reconhecimento das receitas as medições apuradas pelos clientes Sistema Petrobras e demais clientes. Uma vez medido o valor que cabe à Procurement Negócios Eletrônicos S.A., é reconhecido o relatório de medição aprovado, para o devido registro contábil e emissão.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas na Lei nº 12.973.

Com isso, esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Arrendamento Mercantil

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Sociedade é arrendatária, os ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo exercício.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

3.1 Novas normas e interpretações

a. *International Accounting Standards Board (IASB)*

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2025 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); divulgação de ganho ou perda no desreconhecimento de ativos, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um ‘agente de facto’ (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos <i>own-use</i> ; permissão da utilização da contabilização de <i>hedge</i> se esses contratos forem utilizados como instrumentos de <i>hedge</i> ; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração dos fluxos de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.

<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas
<i>Translation to a Hyperinflationary Presentation Currency - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabeleceram alterações nas IAS 21 e IAS 29 para especificar os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária. As alterações aplicam-se quando a entidade converte para tal moeda de apresentação: (a) seus resultados e balanço patrimonial, e a moeda funcional da entidade é a de uma economia não hiperinflacionária; e/ou (b) os resultados e o balanço patrimonial de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS Accounting Standards, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2025, bem como os as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS Accounting Standards	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	<i>IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	1º de janeiro de 2027
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51	<i>IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements (Appendix D)</i>	1º de janeiro de 2027
Pronunciamento Técnico CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis		

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados na nota explicativa 3.1. (a).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	-	3
Aplicações financeiras	69	49
Operações compromissadas	<u>3.262</u>	<u>710</u>
Total	<u>3.331</u>	<u>762</u>

Aplicações financeiras incluem cotas de fundos de investimento e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com recompra garantida pelo Banco Santander, todas atreladas à variação do CDI. Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, respeitando seus respectivos valores de mercado.

Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em caixa, sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses.

5 Contas a receber – FIDC

	2025	2024
Quantidade de cotas	-	0,59705299
Rentabilidade (a.a)	<u>-</u>	<u>10,87%</u>
Fundo FIDC (R\$)	<u>-</u>	<u>2.862</u>

Os recebíveis de títulos financeiros referem-se ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados do Sistema Petrobras (FIDC-NP), igualmente lastreados em títulos públicos federais. Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, que é prontamente conversível a valores conhecidos de caixa, e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses.

Em 2025, a Sociedade efetuou o resgate total do investimento no FIDC, visando otimizar a rentabilidade de seus recursos e minimizar o impacto do IOF.

6 Títulos e valores mobiliários

	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.331	19.990
Fundos de Investimento (FIC e FIF)	26.631	13.978
Certificado de Operação Estruturada (COE)	<u>5.627</u>	<u>-</u>
Total	<u>37.589</u>	<u>33.968</u>

Os títulos e valores mobiliários referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB), Fundos de investimentos (FIC/FIF) e Certificado de Operação Estruturada (COE), com rendimentos vinculados ao CDI. Esses ativos possuem prazos de vencimento não superiores a 12 meses e são classificados no ativo circulante devido à expectativa de realização ou vencimento a curto prazo.

Em 2025, a Sociedade migrou parte significativa de seus recursos para fundos de investimentos, com o objetivo de otimizar a rentabilidade dos investimentos.

7 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar

a. A recuperar (circulante)

	2025	2024
IRPJ	997	1.904
CSLL	<u>41</u>	<u>34</u>
Total	<u><u>1.038</u></u>	<u><u>1.938</u></u>

A Sociedade tem por rotina revisar e atualizar pela taxa Selic os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. A Administração iniciou a compensação desses créditos com os débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, relativos a retenções na fonte de terceiros. Essas compensações são efetuadas através do programa PERDCOMP disponibilizado pela Receita Federal em sua página eletrônica.

b. Conciliação da despesa

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada como segue:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.498	8.596
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(4.929)	(2.923)
Diferenças permanentes líquidas	(420)	(412)
Diferenças temporárias sem efeito no resultado	426	14
Outros itens:		
Ajuste de 10% sobre excedente	<u>24</u>	<u>24</u>
	<u>(4.899)</u>	<u>(3.297)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(4.899)</u>	<u>(3.297)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.899)	(3.297)
Alíquota fiscal efetiva	<u><u>34%</u></u>	<u><u>38%</u></u>

8 Outros Créditos

Refere-se a despesas pagas antecipadamente na aquisição de licenças, seguros, garantias e suportes de equipamentos de informática, além de depósito caução em garantia da utilização do escritório sede, cujos benefícios ultrapassam o exercício corrente, as quais são apropriadas como despesas conforme regime de competência. Sendo demonstrado como segue:

	2025	2024
Licenças de Software e suporte	3.200	4.775
Depósito caução	238	220
Seguros a apropriar	108	214
Adiantamento de Fornecedores e Empregados	<u>8</u>	<u>11</u>
Total	<u><u>3.554</u></u>	<u><u>5.220</u></u>

9 Imobilizado

	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Equipamento de telecomunicação	Direito de uso - Edificações	Total
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2023	61	87	24	349	11	207	739
Aquisições	-	7	8	24	3	1.139	1.181
Depreciação	(61)	(53)	(22)	(271)	(7)	(547)	(961)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>41</u>	<u>10</u>	<u>102</u>	<u>7</u>	<u>799</u>	<u>959</u>
Aquisições	-	8	-	439	9	65	521
Depreciação	-	(34)	(7)	(180)	(10)	(489)	(720)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2025	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>3</u>	<u>361</u>	<u>6</u>	<u>375</u>	<u>760</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a administração não identificou quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01 (R1), que possam gerar dúvidas de que os ativos da Sociedade possam estar registrados por valor acima da ao da sua recuperação.

10 Intangível

A Sociedade apresenta em seu ativo intangível softwares e desenvolvimentos que são adquiridos na Accenture do Brasil Ltda., na SAP Brasil Ltda. e demais fornecedores, utilizados na manutenção e criação de projetos customizados. Tais projetos formam sistemas de acesso aos clientes, definidos como Portal de Compras, Biodiesel, Portal Cadastro de Fornecedores e outros (Portal Petronect).

Em 2025, a administração fez uma avaliação interna sobre a recuperabilidade dos ativos intangíveis e não há indicativos, internos ou externos, para efetuar a reversão de perda por desvalorização, constituída integralmente em 2020, como consequência a administração manteve a provisão integral para esses ativos.

11 Fornecedores

	2025	2024
Terceiros no país	2.618	5.457
Terceiros no exterior	1	19
Partes relacionadas (nota explicativa 13.b)	<u>3.630</u>	<u>5.213</u>
Total	<u><u>6.248</u></u>	<u><u>10.689</u></u>

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de pagamento é de 30 dias (31 dias em 31 de dezembro de 2024).

12 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher

	2025	2024
Imposto sobre serviços	484	427
IRRF terceiros	422	305
Contribuições a recolher (Lei nº 10.833/03)	409	286
INSS terceiros	<u>104</u>	<u>90</u>
	<u><u>1.419</u></u>	<u><u>1.108</u></u>

13 Partes relacionadas

	Petrobras	SAP Brasil Ltda.	Accenture do Brasil Ltda.	Total	
				2025	2024
Ativo					
Contas a receber (a)	8.797	-	-	8.797	7.659
Passivo					
Fornecedores (b)	1.439	616	1.565	3.620	5.213
Dividendos a pagar (13c)	748	167	109	1.024	1.258
Outras obrigações com acionistas	16.966	9.135	5.911	32.012	-
Resultado - Receitas					
Receita operacional líquida de serviços (a)	74.351	-	-	74.351	69.445
Resultado – Custos					
Custos com serviços profissionais – hospedagem (“Hosting”) (c)	5.976	-	-	5.976	6.546
Custo com pessoal cedido (b)	1.594	-	-	1.594	1.079
Custo com serviços profissionais/licença de software (e)	-	2.079	15.485	17.564	24.166
Honorários da diretoria (d)	399	-	-	399	1.637
Resultado – Despesas					
Despesas com consultorias (f)	-	51	9	60	88

- (a) Refere-se à prestação de serviços de provimento de soluções e de facilidades de comércio eletrônico para a execução de cotações, coletas de preços e licitações.
- (b) Refere-se a custos incorridos referente ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido.
- (c) Corresponde a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas, cujo objetivo é a atuação coordenada entre as empresas, nas atividades de TI na área de implementação, manutenção e operação de infraestrutura, de hardware e software básico.
- (d) Corresponde ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido chave da administração da Sociedade pela Petrobras.
- (e) Refere-se a gastos com execução de serviços em plataforma eletrônica de operação de portais, desenvolvimento de soluções, operação de cotações, diligenciamento e fornecimento e manutenção de licenças.
- (f) Refere-se a consultorias para execução de serviços em plataforma eletrônica de operação de portais.

A Sociedade possui contratos com as acionistas Accenture do Brasil Ltda. e SAP Brasil Ltda. para execução de serviços em plataforma eletrônica de operação de portais, desenvolvimento de soluções, diligenciamento e fornecimento e manutenção de licenças.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Sociedade no total de R\$ 6.593 (R\$ 30.157 em 31 de dezembro 2024) está representado por 60.314.160 ações (60.314.160 em 31 de dezembro 2024), sendo 30.157.080 ações ordinárias nominativas (23.220.951 Classe A e 6.936.129 Classe B) e 30.157.080 ações preferenciais nominativas (23.220.951 Classe A e 6.936.129 Classe B), sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	Participação no capital (%) 2025		Participação no capital (%) 2024	
	Votante	Total	Votante	Total
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	49%	72%	49%	72%
SAP Brasil Ltda.	32%	17%	32%	17%
Accenture do Brasil Ltda.	19%	11%	19%	11%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

As aprovações realizadas pelo Conselho de Administração e nas Assembleias de Acionistas são sempre realizadas com a manifestação favorável dos membros ou acionistas, respectivamente, que representem, pelo menos, 50% mais um voto.

b. Recompra de ações a liquidar

Em dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a operação de recompra das ações detidas por determinados acionistas, como parte do processo de reorganização da estrutura societária da Companhia.

A deliberação resultou na destinação de parcela do lucro do exercício para a recompra de ações a liquidar, reconhecida como dedução do patrimônio líquido, pelo valor acordado na operação, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve impacto no resultado do exercício, uma vez que os efeitos da operação foram integralmente reconhecidos no patrimônio líquido.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a recompra das ações ainda não havia sido liquidada financeiramente, razão pela qual o montante correspondente encontra-se registrado no passivo da Companhia, na rubrica “Outras obrigações com acionistas”, até a sua efetiva liquidação.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado, após absorção do prejuízo acumulado, em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal até o montante necessário para atingir o limite legal de 20% do capital social.

d. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido, do qual foi destinada parcela para a constituição da reserva legal, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, parcela relevante do lucro do exercício foi destinada à recompra de ações de emissão da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em dezembro de 2025, devidamente formalizada, sendo tal operação registrada na rubrica outras obrigações com acionistas (NE 22), pelo valor acordado na recompra, com contrapartida no patrimônio líquido da Companhia, independentemente de sua liquidação financeira até a data-base.

Em decorrência dessa destinação, o montante registrado como dividendos a pagar no exercício totalizou R\$ 1.024, valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social. O valor reconhecido como obrigação corresponde exclusivamente aos dividendos declarados até a data-base, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.599	5.299
Reserva legal	(127)	(265)
Lucro Líquido após reserva legal	9.472	5.034
Dividendos declarados	1.024	1.258
Dividendos adicionais propostos (75%)	-	3.776
Recompra das ações a liquidar	(8.448)	-

15 Receita líquida de serviços prestados

	2025	2024
Serviços Prestados Mercado Interno – Partes Relacionadas	86.346	80.481
Serviços Prestados Mercado Interno – Terceiros	7.376	6.385
Serviços Prestados Mercado Externo – Partes Relacionadas	326	431
Serviços Prestados Mercado Externo – Terceiros	225	117
Receita Bruta	94.273	87.414
Impostos		
ISS	(4.685)	(4.342)
PIS	(1.546)	(1.433)
COFINS	(7.123)	(6.602)
	(13.354)	(12.377)
Receita líquida de serviços prestados	80.919	75.037

16 Custos dos serviços prestados

2025	Operações	Projetos	Cotações	Cadastro	Total
Custo de pessoal	(11.731)	(1.099)	-	(1.381)	(14.211)
Custo de serviços de operação	(19.060)	(548)	-	(2.276)	(21.884)
Custo de serviços s/ encomenda	-	(3.532)	-	-	(3.532)
Manutenção software	(1.534)	(190)	-	-	(1.724)
Hosting	(5.319)	(657)	-	-	(5.976)
Pessoal cedido	(1.316)	(123)	-	(155)	(1.594)
Total dos custos dos serviços prestados	(38.960)	(6.149)	-	(3.812)	(48.921)

2024	Operações	Projetos	Cotações	Cadastro	Total
Custo de pessoal	(8.283)	(778)	(1.043)	(287)	(10.391)
Custo de serviços de operação	(20.680)	(1.687)	(2.469)	(213)	(25.049)
Custo de serviços s/ encomenda	-	(1.695)	-	-	(1.695)
Manutenção software	(4.725)	(561)	-	-	(5.286)
Hosting	(5.852)	(694)	-	-	(6.546)
Pessoal cedido	(933)	(110)	-	(35)	(1.078)
Total dos custos dos serviços prestados	(40.473)	(5.525)	(3.512)	(535)	(50.045)

A Sociedade aplica na sua prestação de serviços custos diretamente relacionados às Operações, os quais se referem aos portais de Compras e Cadastro. Também são aplicados como custos: serviços sob encomenda e manutenção e desenvolvimento de software. Estes custos são referentes aos contratos de prestação de serviços com Accenture, SAP, RIMINI e Neo BPO, os quais são alocados aos projetos, e vinculados à prestação de serviços. Aos custos de operações e sob encomenda incorrem créditos dos impostos PIS e COFINS.

17 Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

	2025	2024
Gastos com pessoal, diretoria e conselho de administração	(13.324)	(11.286)
Ocupação (aluguel e manutenção)	(836)	(874)
Depreciação	(675)	(913)
Utilidade e serviços públicos	(1.441)	(855)
Serviços de terceiros	(5.707)	(5.635)
Multas contratuais	(25)	60
Impostos e taxas	(357)	(341)
Total das despesas gerais e administrativas	(22.365)	(19.844)

18 Resultado Financeiro Líquido

As receitas financeiras e despesas financeiras incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

Receita financeira	2025	2024
Varição monetária ativa	213	272
Receita sobre aplicação financeira	4.757	3.504
Descontos obtidos	4	1
Total das receitas financeiras	4.974	3.777
Despesa financeira	2025	2024
Varição monetária passiva	108	(122)
Juros passivos	(1)	-
Tarifas bancárias	(34)	(38)
Multas pagas ou incorridas	(8)	(7)
Juros sobre arrendamentos	(138)	(154)
IOF – Imposto sobre operações financeiras	(23)	-
Total das despesas financeiras	(96)	(321)
Variações cambiais, líquidas	2025	2024
Varição cambial ativa	1	3
Varição cambial passiva	(14)	(11)
Total das variações monetárias e cambiais, líquidas	(13)	(8)
Resultado financeiro líquido	4.865	3.448

19 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Instrumentos Financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações foram analisados pela Sociedade. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas para os valores justos conforme apresentado em uma única coluna abaixo.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, com exceção do contas a receber – FIDC. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Instrumentos financeiros	2025	2024
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	3.331	762
Contas a receber - FIDC	-	2.862
Títulos e valores mobiliários	37.589	33.938
Contas a receber, líquidas - clientes	8.812	7.659
Passivos		
Fornecedores	6.248	10.689
Arrendamento	464	880

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores estão mensurados ao custo amortizado e valor justo. Os valores dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

b. Gerenciamento de riscos

a) Riscos de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras ou de não recebimento dos clientes. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Sociedade incorrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função da diversificação de produtos e dos seus respectivos índices de rentabilidade.

c) Risco de liquidez

A Sociedade utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Considerando o horizonte operacional remanescente da Companhia e o encerramento previsto de suas atividades, a Administração avalia que a posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 é suficiente para honrar os compromissos assumidos até a conclusão do processo de descontinuidade.

O arrendamento contratado pela Sociedade refere-se à direito de uso do escritório sede;

31 de dezembro de 2025	<u>Fluxo de Caixa Contratuais</u>			
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-3 anos
Fornecedores	6.248	5.879	369	-
Passivo de Arrendamento Financeiro	464	107	357	-

31 de dezembro de 2024	<u>Fluxo de Caixa Contratuais</u>			
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-3 anos
Fornecedores	10.689	6.434	4.255	-
Passivo de Arrendamento Financeiro	880	99	385	396

20 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração referem-se a quatro conselheiros e três diretores. A remuneração do pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2025	2024
Salários e outros benefícios	4.664	5.147

21 Outras obrigações com acionistas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta na rubrica “Demais obrigações com acionistas” valores a pagar decorrentes de deliberações societárias aprovadas, relacionadas à redução de capital e à recompra de ações, conforme descrito a seguir.

a. Redução de capital

Em decorrência de deliberação societária, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, em reunião realizada em 30 de outubro de 2025, a redução de capital, com restituição de valores aos acionistas, no montante total de R\$ 23.564 milhões, a ser distribuído da seguinte forma:

Acionista	Valor
Petrobras	16.966
SAP	4.006
Accenture	2.592

b. Recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 08 de dezembro de 2025, foram deliberadas as condições da recompra das ações detidas pelos acionistas SAP e Accenture, conforme tratativas previamente acordadas entre os acionistas.

Os valores relacionados à recompra de ações encontram-se registrados no passivo, até a sua efetiva liquidação financeira, em conformidade com as deliberações societárias vigentes.

A operação de recompra contempla a aquisição das ações detidas pela SAP, no montante de R\$ 5.129 milhões, e pela Accenture, no montante de R\$ 3.319 milhões, totalizando R\$ 8.448 milhões, conforme detalhado a seguir

Acionista	Valor
SAP	5.129
Accenture	3.319

22 Arrendamento mercantil

Obrigações de arrendamento financeiro

A Sociedade mantém contratos de arrendamento mercantil relacionados a seguir:

- i. Um contrato de arrendamento relacionado a direito de uso do escritório sede, com prazo de 30 meses e taxa de juros de 23,14% a.a.

	2025	2024
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	508	627
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	436
	<u>508</u>	<u>1.063</u>

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.
Notas explicativas
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(44)	(183)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	464	880

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:

	2025	2024
Menos de um ano	464	484
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	396
Total	464	880

Movimentação dos arrendamentos mercantis:

	2024	Adições	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Juros incorridos	Baixas	Transferências	2025
Menos de um ano	484	65	(481)	(138)	138	-	396	464
Mais de um ano e menos de cinco anos	396	-	-	-	-	-	(396)	-
	880						-	464
	2023	Adições	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Juros incorridos	Baixas	Transferências	2024
Menos de um ano	-	510	(260)	(154)	154	-	234	484
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	630	-	-	-	-	(234)	396
	-	1.140	(260)	(154)	154	-	-	880
	2022	Adições	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Juros incorridos	Baixas	Transferências	2023
Menos de um ano	758	-	(758)	(26)	26	-	-	-
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	-	-	-	-	-	-	-
	758	-	-	-	-	-	-	-

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anderson Fagner Souza Cavalcanti
Conselheiro - Presidente

Rodolfo Eschenbach Junior
Conselheiro

Michel Jacques Levy
Conselheiro

Kleber Cunha Carvalho
Conselheiro

DIRETORIA

Flávio França Etrusco
Presidente

Samuel Fernandes de Souza
Diretor Administrativo e de Relacionamento

CONTADORA RESPONSÁVEL

Aline da Silva Palhares de Souza
Contador CRC

Documento assinado eletronicamente